

ANÁLISE DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA COMO L3 PARA ESTUDANTES SURDOS

Rafaela de Lima Costa; Eduardo Carlos Almeida de Lima

Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão – FAINTVISA; limarafaela241@gmail.com

Resumo: Nos últimos anos, o debate acerca do ensino da Língua Inglesa para Surdos vem ganhando espaço nas pesquisas acadêmicas, movimento que vai de encontro a crenças cristalizadas de que esses sujeitos estejam impossibilitados de tal conquista. Entendemos que a diferença comum a todos os Surdos pode comprometer a aprendizagem de línguas orais, mas que, inseridos na educação inclusiva, esses sujeitos buscam quebrar bloqueios comunicacionais e manter o bilinguismo/plurilinguismo social. O objetivo desta pesquisa foi trazer à baila a importância do ensino da Língua Inglesa para surdos e estabelecer uma relação entre aquisição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), conhecida como a Língua Materna dos surdos (L1) e suas contribuições no ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, conhecida como (L2) e Língua Inglesa (L3). Para tal, buscamos nos fundamentar em estudos de Vygotsky (1998), com questões acerca da aquisição de linguagem, Quadros e Schmiedt (2006), com questões de surdez, dentre outros. A metodologia utilizada foi a qualitativa, uma vez que permite uma melhor descrição nas pesquisas durante a intervenção para o ensino da língua inglesa. Os resultados da pesquisa nos permitem esperar que estejamos contribuindo para a adoção de uma postura que nos distancia da proposta que trata o ensino de Língua Inglesa para surdos algo impossível, uma vez que o cognitivo do surdo apresenta características peculiares com o cognitivo do ouvinte, o que precisa é ser lhes dado é oportunidade de experiências de ensino e aprendizagens que compete a sua modalidade de linguagem de natureza visual-motora.

Palavras-chave: Aquisição, ensino-aprendizagem; língua inglesa; alunos surdos; escola inclusiva.

INTRODUÇÃO

Ao cursar a disciplina de Libras, durante a graduação em Licenciatura Plena em Letras – Português e Inglês, cuja essa disciplina é obrigatória na formação enquanto docente, nos deparamos com a dificuldade que as pessoas deficientes auditivas sofrem para possuir conhecimentos teóricos e práticos, e como muitas vezes são ditadas pelos próprios professores incapazes de obterem um bom resultado.. Surgindo, daí, uma necessidade de aprofundamento neste tema, já que a identificação com a comunidade Surda fez-se presente. E para resumirmos essa indagação usaremos as palavras de Ferdinand Berthier, surdo francês, (1845, p. 15) “O que importa a surdez da orelha, quando a mente ouve? A verdadeira surdez, a incurável surdez, é a da mente”.

A educação de Surdos é um assunto que vem ganhando espaço na sociedade, certamente após muitos anos de luta durante os quais a comunidade Surda em todo o mundo, e inclusive no Brasil, foi, aos poucos, conquistando seus direitos, tendo hoje uma política consistente de Educação Inclusiva e legalmente amparada. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), foi oficializada como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda pela Lei Nº 10.436/2002. Trata-se, então, de um Sistema Linguístico de natureza visual-motora que traz acessibilidade para pessoas Surdas, pois, possuem a necessidade de uma linguagem visual para a interação na sociedade. O Decreto nº: 5.626/2005 regulamenta essa lei e preconiza o ensino de LIBRAS como primeira língua, ou língua materna (L1) e o Português como segunda língua (L2), para Pessoas Surdas, tornando-se obrigatório desde a educação infantil até os anos finais na vida escolar. Sendo assim uma situação de bilinguismo em nosso País. Diz-se “bilinguismo”, devido a participação de duas Línguas (LIBRAS e Português) em contextos cotidianos.

Quanto ao aprendizado de Línguas Estrangeiras (LE), que pela Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) essa regência era opcional entre a língua Inglesa e o Espanhol, depois que houve sua reformulação e a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BRASILBRASIL, 2017) a língua Inglesa tornou-se obrigatória no Currículo do aluno. Então, perante essa lei nova BNCC, a educação dos Surdos brasileiros, além de possuir a (L1) língua materna, e a (L2) o Português, é preciso que tenha a língua Inglesa no currículo escolar, ou seja, uma terceira língua (L3). Visando os aspectos positivos dessa política linguística, a pode-se encontrar nos textos da BNCC que

Aprender a língua inglesa propicia a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, em que as fronteiras entre países e interesses pessoais, locais, regionais, nacionais e transnacionais estão cada vez mais difusas e contraditórias. Assim, o estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos e de continuidade nos estudos (BRASIL, 2017, p. 98)

Trazendo essas expectativas para a inclusão escolar no chão da escola com experiências de ensino e aprendizagem significativas, o aluno Surdo, inserido nessa cultura de línguas com professores qualificados, ganha benefícios no seu aporte de conhecimentos, no meio social e principalmente no seu crescimento cognitivo na aquisição da linguagem. E falar sobre o ensino da língua Inglesa (L3) nesse contexto de inclusão, torna-se um assunto desafiador, no qual é necessária bastante atenção. Esse tema é de suma importância para as pesquisas asobre inclusão escolar, e os estudos efetivados com base nessa área são bastante

utilizados para a preparação dos professores. Essa pesquisa concebe, então, a a língua inglesa como uma terceira língua, pois, além de ser obrigatória no currículo escolar, atualmente está em maior alcance sócio-político, predominando nas escolas Brasileiras e nas pesquisas acadêmicas. Discutir sobre o ensino dessas línguas não possui apenas uma função pragmática, (algumas mencionadas anteriormente), mas sim a função de colaborar com questões cognitivas, socioculturais e políticas, que se caracterizam e ajudam na formação do sujeito.

Portanto, buscaremos, neste artigo, tecer algumas considerações a respeito da aquisição da linguagem da língua materna (L1), e suas contribuições para o aprendizado da linguagem escrita em língua portuguesa e língua inglesa para entendermos melhor o aprendizado e contribuição dessas línguas para a cultura surda.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a qualitativa com base na análise de conteúdo, pois, segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis. E ao entrar no tema do ensino de Língua Inglesa para surdos precisamos de um embasamento nas leis, para um norteamento nos direitos dos quais os Surdos estão amparados. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), foi oficializada como meio legal de comunicação e expressão da Comunidade Surda pela Lei Nº 10.436/2002, e trata-se de um sistema linguístico de natureza visual-motora que traz acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva, sendo assim, essa Língua por direito precisa estar inserida em todo meio social. Na vida escolar do deficiente auditivo ele se depara com inúmeras matérias a serem cursadas, inclusive, a aquisição da Língua Inglesa, que com a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) a língua Inglesa tornou-se obrigatória no currículo do aluno, abrindo portas para a educação inclusiva, o aluno precisa de profissionais capacitados a darem o suporte necessário para esse ensino-aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conceito de Cultura

O termo “cultura” é possuidor de várias definições diferentes, como afirma Rees (2003, p. 22), atesta-se assim o quanto é complexa a cultura humana e como essa complexidade traz inúmeras definições desse conceito. Agar (2006, p.6) menciona que em seu

livro intitulado Language Shock, publicado no ano de 1995, ele traz o conceito de languaculture nos explicando a ideia que se ao fazer o uso de uma língua acercam-se nesse processo todas as formas de conhecimentos prévios e informação local. Entendemos, então, que a língua e a cultura estão intimamente ligadas, não sendo possível existir cultura sem língua. Portanto, para essa pesquisa entende-se cultura e as línguas envolvidas (Libras, Inglês e Português) indispensáveis no processo de ensino-aprendizagem do aluno que é um ser sociocultural.

Portanto, obtivemos como resultado uma revisão na literatura envolvendo o aporte teórico de Vigotsky com questões da aquisição de linguagem, Quadros e Schmiadt com o estudo do ensino para Surdos e as Leis que amparam e regem a cultura Surda, chegando na conclusão que deve-se adicionar o ensino da língua inglesa para surdos já que esse conhecimento além de ser obrigatório no currículo escolar, também contribui na base teórica do professor, para que, conseqüentemente, ele possua uma boa prática, pois, estará conhecedor das expectativas e conseqüências que essa aquisição irá trazer na vida social do aluno Surdo.

Análise da aquisição da língua de Sinais como primeira língua do aluno Surdo

A concepção histórico-cultural da aquisição da linguagem com base na teoria sócio-interacionista de Vygotsky (1998) considera o social determinante no processo de aquisição da linguagem, defendendo que, em contato com os membros da cultura de um grupo social determinado, o bebê – sujeito biológico – transforma-se gradativamente em sujeito sócio-histórico, ou seja, a criança surda deve estar desde bebê inserida em um contexto sociolinguístico que privilegie o canal visual-gestual como meio de comunicação e nesse sentido, a língua de sinais torna-se fundamental para as primeiras trocas de significação com o outro.

Tendo a linguagem como fator indispensável na vida de qualquer sujeito, seja ele portador de alguma deficiência ou não, a aquisição de linguagem da pessoa Surda se tem de forma parecida com a de uma pessoa ouvinte, já que, o cognitivo de cada um possui as mesmas capacidades e precisam de inputs para se desenvolver. De acordo com Gesser (2009, p. 56) sobre a dificuldade que o surdo enfrenta com relação à escrita, temos que:

A escrita é uma habilidade cognitiva que demanda esforço de todos (surdos, ouvintes, ricos, pobres, homens, mulheres...) e geralmente é desenvolvida quando se recebe instrução formal. Entretanto, o fato de a escrita ter uma relação fônica com a língua oral pode e de fato estabelece outro desafio para o surdo: reconhecer uma realidade fônica que não lhe é familiar acusticamente. São como símbolos “abstratos” para o surdo.

Através desses símbolos abstratos vem a necessidade de metodologias específicas, pois considerando que o Surdo precisa de inputs visual-motor e o ouvinte da fonética e fonologia, conseguimos perceber a necessidade da educação inclusiva. Por volta dos dois anos, no estágio das primeiras combinações frasais que acontecem no seguinte esquema: SV, VO ou depois SVO, o esquema mostra a sequência de sujeito (S), verbo (V) e objeto (O) havendo uma limitação no que diz respeito às ligações lexicais, além de não ocorrer a flexão de número e gênero dos verbos.

Nos dois anos e meio até três a criança entra no estágio das múltiplas combinações, é quando surge as supergeneralizações, que são flexões de verbos que não podem ser flexionados através da Linguagem de Sinais. As crianças utilizam os verbos sempre direcionadas, achando que somente eles fazem parte do vocabulário, ou seja, como se apenas o verbo fosse suficiente para a frase obter sentido.

Aos 4 anos a linguagem do aluno ainda não está correta, pois, ele possui dificuldades em relacionar o pronome e o sujeito com o verbo, e usam apenas o verbo para indicar a ação dele ou de outra pessoa. Aos 5 e 6 anos se tornam comum o uso de sujeito, verbo e do objeto, o aluno já possui um desenvolvimento com inputs acumulativos que ajudaram o seu cognitivo seguir inteirando-se de sua língua materna (L1).

Análise da significação da língua materna (L1) no ensino e/ou aprendizagem da língua portuguesa (L2).

A esse respeito, Quadros e Schmiedt (2006) afirmam que o português é apresentado através da escrita e da leitura á criança nos espaços educacionais, e que suas funções estão relacionadas ao acesso a informação e comunicação por meio do que é escrito. Assim, a essa modalidade da língua no cotidiano do surdo se destaca através do uso das tecnologias como por exemplo textos escritos nos diversos ambientes virtuais, informação e comunicação dentro da comunidade surda é uma sociedade bilíngue.

Para Quadros e Schmiedt (2006, p. 24), a tarefa de ensino da língua portuguesa tornar-se possível, se o processo for de alfabetização de segunda língua, sendo a língua de sinais reconhecida e efetivamente a primeira língua. Isso implica dizer que ensino da língua portuguesa pressupõe a aquisição da Libras, que apresenta um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

O aluno surdo deve possuir o domínio da sua língua materna (L1), para que assim ele consiga ser um sujeito ativo na sociedade e ser capaz de ampliar seu conhecimento de mundo e teóricos, o ensino da língua portuguesa (L2), torna-se necessária já que o individuo está inserido numa sociedade que também existe pessoas ouvintes e saber ler e escrever é uma

expectativa indispensável para todos da sociedade. Além da Libras possuir essa significação na vida dos Surdos, ela também tem total significação no ensino do português (L2) e do inglês (L3), pois, ela vai ter o papel de mediadora para que a aquisição de uma nova língua seja apresentada e adquirida cognitivamente para o aluno Surdo.

Nesse sentido, a escrita passa a ter uma representação ao ser mediada pela Libras, dotada de significação, ou seja, a primeira língua funcionará como mediadora para a discussão dos significados da língua portuguesa. Entende-se então que a escrita do português é significada a partir da língua de sinais. Entender a modalidade escrita da (L2) e da (L3) e como a modalidade espaço-visual da (L1) pode ajudar nessa relação de ensino e/ou aprendizagem.

A língua Inglesa e o Português possuem convergências na modalidade escrita, e essa convergência vai ser útil no ensino/aprendizagem do aluno surdo, já que o método usado para a aquisição do português (L2) poderá ser reproduzido no ensino da língua Inglesa (L3), porém, a estrutura dessas línguas traz diferenças na gramática, fonética e cultura, surgindo uma situação de plurilinguismo no que diz respeito à aprendizagem e uso do inglês que é o aluno conhecedor de três diferentes línguas. A Libras assim como serviu de suporte para o ensino do Português também será de total apoio no ensinamento da língua inglesa, pois, os mesmos estágios serão cumpridos mudando apenas a estruturação das línguas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou mostrar teorias para aplicação do ensino/aprendizagem no ensino de línguas para alunos surdos e a suas contribuições no meio escolar, visando a importância da inclusão social, mostrar também a significação da língua materna e como ela serve de apoio para a aquisição de novas línguas. Optamos pela teoria sóciointeracionista da aquisição de linguagem, que encontra sua base nos trabalhos do psicólogo Lev Vygotsky, por concordar que o social é determinante no processo de aquisição da linguagem. Sendo assim, a relevância deste estudo justifica-se como um meio de direcionar estudos acadêmicos que envolvam o ensino da Língua Inglesa e sua importância para estes alunos com surdez, bem como orientar instituições e professores que trabalham nessa área.

E tratando deste tema, é importante que a experiência com a L1 ofereça possibilidades para o entendimento, ou reconhecimento, através da relação com o ensino das línguas. Sendo assim, acreditamos na importância do Surdo experimentar o inglês em sua forma autêntica e em diálogo com a LIBRAS e, possivelmente, o português a fim de facilitar a ressignificação de práticas de linguagem. Como dito anteriormente e em consonância com o documento da

SEESP/MEC (2006, p.35) conclui-se que o aluno surdo “tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa ouvinte, precisando, somente, que tenha suas necessidades especiais supridas, visto que o natural do homem é a linguagem”. Finalizamos esta pesquisa com as palavras de Gesser (2009, p. 57) “há quem pregue que o surdo não aprende os conteúdos escolares porque tem mais dificuldades que os ouvintes (...) não se trará de dificuldade intelectual e sim oportunidade”.

Desta maneira, os profissionais da área de linguagens devem por dever estarem aptos para ministrar a aquisição das línguas para surdos, já que os mesmos tem total capacidade cognitiva de aprenderem e com oportunidades de um ensino significativo e inclusivo conseguiram avanços dentro da sociedade.

REFERENCIAS

BRASIL, Lei Federal n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

_____, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____, Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum, <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>, 2016. Acesso em 13 de setembro de 2018.

_____, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. – Brasília: MEC, 2008.

_____. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 116 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão).

GESSER, Audrei. LIBRAS? : Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

_____, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem, Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

REES, D. K. O deslocar de horizontes: a leitura e a interculturalidade. In: Seminário de Línguas Estrangeiras. Goiânia. Anais do evento. Goiânia: UFG, 2003. p. 21-31.

SOUSA, Aline Nunes. Educação plurilíngue para surdos: uma investigação do desenvolvimento da escrita em português (segunda língua) e inglês (terceira língua). Florianópolis, 20015.

SPRADLEY, J. Participant observation. Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1980.

VIGOTSKY, A formação social da mente. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.
_____. Pensamento e Linguagem. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

WATSON-GECEO, K. A. A etnografia na sala de aula de segunda língua: definindo o que é essencial. (Trad. Heloísa Augusta Brito de Mello e Dilys Karen Rees). *Signótica*, v. 22, n.2, p. 515 – 539, 2010.